



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, outubro/2003

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

José Antônio Gragnani

Luiz Tacca Júnior

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabiano Mourão Vieira

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2^a andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 9, n. 9, set. 2003. 34 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em setembro, o Governo Central apresentou superávit primário de R\$ 3,8 bilhões, contra R\$ 2,7 bilhões obtidos no mês anterior. O Tesouro Nacional contribuiu para o resultado do mês com superávit de R\$ 6,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 2,2 bilhão e R\$ 58,2 milhões, respectivamente. No ano, o superávit do Governo Central atinge R\$ 38,8 bilhões, valor equivalente a 3,45% do PIB estimado para o período.

O resultado primário do Governo Central até setembro de 2003 atinge aproximadamente 3,45% do PIB, 0,31 ponto percentual acima do obtido no mesmo período do ano anterior.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	AGO 2003	SET 2003	JAN-SET 2002 2003	
I. RECEITA TOTAL	28.249,1	28.163,3	230.965,5	259.223,5
I.1. Receitas do Tesouro	21.714,5	21.559,8	181.934,2	204.325,0
I.1.1 Receita Bruta	22.351,5	22.580,6	187.657,0	210.583,4
I.1.2. (-) Restituições	-637,0	-1.020,7	-5.623,5	-6.258,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-99,3	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	6.534,5	6.603,4	49.031,4	54.898,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.068,6	4.306,2	40.717,9	45.472,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	23.180,5	23.857,1	190.247,7	213.750,9
IV. DESPESA TOTAL	20.461,4	19.988,1	159.631,6	174.820,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.821,1	5.926,0	52.419,6	56.538,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	8.704,1	8.822,7	59.861,4	71.095,0
IV.3. Custeio e Capital	5.886,7	5.231,9	47.350,7	46.801,2
IV.3.1. Despesas do FAT	1.235,8	447,7	5.648,5	5.917,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	293,9	334,7	664,3	2.010,4
IV.3.3. Outras Despesas	4.356,9	4.449,5	41.037,9	38.873,8
IV.4. Transferência ao Banco Central	49,6	7,4	0,0	385,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	2.719,1	3.869,0	30.616,0	38.930,4
V.1. Tesouro Nacional	4.888,7	6.088,3	41.446,0	55.126,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-2.169,5	-2.219,3	-10.830,0	-16.196,4
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-19,4	-58,2	-529,2	-178,9
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	2.699,7	3.810,8	30.086,8	38.751,5
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,14%	3,45%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: SET2003/SET2002	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	12,2%
Tesouro	12,3%
Previdência	12,0%
Transferências	11,7%
Receita Líquida	12,4%
Despesas	9,5%
Benefícios	18,8%
Pessoal	7,9%
Custeio e Capital	-1,2%

O resultado primário do Governo Central no mês está associado à não ocorrência de fatores sazonais e atípicos ocorridos em agosto. Em agosto, houve transferência da parcela da cota única do IRPJ e de royalties petróleo arrecadados no final de julho, sem correspondência em setembro. Houve, também naquele mês, concentração dos repasses dos recursos do abono salarial e seguro-desemprego ao sistema financeiro, ocasionando despesas da ordem de R\$ 1,2 bilhão, ao passo que em setembro os repasses voltaram a níveis mais atípicos, ficando em R\$ 412,1 milhões.

Em setembro, o resultado do Governo Central foi R\$ 1,1 bilhão superior ao obtido no mês anterior.

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-SET (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Tesouro Nacional	4,33%	4,91%
Previdência Social	-1,13%	-1,44%
Banco Central	-0,06%	-0,02%
Governo Central	3,14%	3,45%

O resultado primário do Governo Central cresceu, a despeito da redução da receita em relação ao PIB.

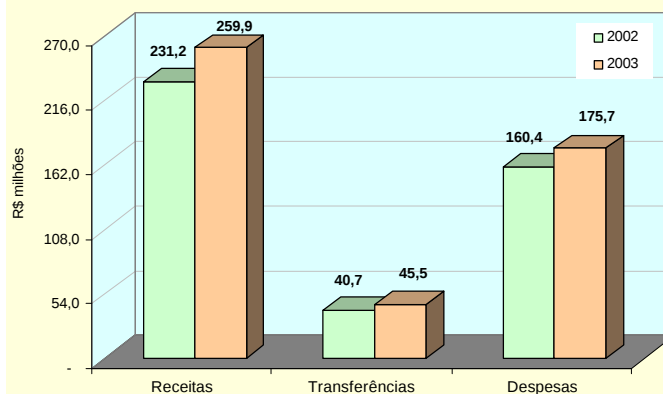
Em 2003, as despesas do Governo Central caíram 1,12 ponto percentual do PIB, não obstante o aumento dos gastos com benefícios previdenciários.

No ano, o resultado primário do Governo Central foi R\$ 8,7 bilhões (28,8%) superior ao obtido em igual período de 2002. O superávit do Tesouro Nacional aumentou R\$ 13,7 bilhões (33,0%), atingindo R\$ 55,1 bilhões ou aproximadamente 4,91% do PIB. O déficit da Previdência Social aumentou R\$ 5,4 bilhões (49,6%), totalizando R\$ 16,2 bilhões ou aproximadamente 1,44% do PIB. O Banco Central, por sua vez, reduziu o déficit das suas operações primárias, de R\$ 529,2 milhões, até setembro de 2002, para R\$ 178,9 milhões, este ano.

Incluindo receitas e despesas primárias do Banco Central, as receitas do Governo Central cresceram R\$ 28,7 bilhões (12,4%), atingindo o montante de R\$ 259,9 bilhões; as transferências a estados e municípios aumentaram R\$ 4,8 bilhões (11,7%), totalizando R\$ 45,5 bilhões; e as despesas cresceram R\$ 15,3 bilhões (9,5%), somando R\$ 174,8 bilhões. Como proporção do PIB, as receitas caíram 1,02 ponto percentual, as transferências 0,21 ponto percentual e as despesas 1,12 ponto percentual, resultando em aumento do resultado primário da ordem de 0,31 ponto percentual no período.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL

BRASIL, JAN-SET



As receitas do Tesouro Nacional (líquidas de restituições e incentivos fiscais) cresceram R\$ 22,4 bilhões (12,3%) até setembro, espelhando parte do crescimento do PIB em termos nominais e o efeito da depreciação do câmbio sobre o Imposto de Renda e a cota-parte de compensações financeiras (*royalties*). Em relação ao PIB, no entanto, a participação desse agregado sofreu redução de 0,82 ponto percentual, explicada, em boa medida, pela ausência de receitas atípicas expressivas este ano, em contraste com o ocorrido em 2002. Ademais, outros fatores afetaram negativamente o nível de arrecadação de 2003, tais como: i) decisões judiciais desfavoráveis à Fazenda Nacional relacionadas à Contribuição por Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e

**RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN-SET (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receitas do Tesouro (*)	19,0%	18,2%
Transferências	4,3%	4,0%
Despesas do Tesouro	10,4%	9,2%
Resultado Primário	4,3%	4,9%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e ii) reestruturação de alíquotas do Imposto de Importação (II) e do IPI, este com redução em setores importantes como produtos químicos, metalurgia básica e automóveis; e iii) menor dinamismo da atividade industrial, que é mais tributada (em relação ao PIB total), em contraste com o crescimento do agro-negócio, que é tipicamente menos tributado.

As transferências a entes subnacionais cresceram R\$ 4,8 bilhões em termos nominais (11,7%) em relação ao mesmo período de 2002. No entanto, houve queda de aproximadamente 0,21 ponto percentual do PIB, reflexo da redução das receitas partilhadas este ano *vis-à-vis* o ano passado. Conforme já descrito, os ingressos atípicos, concentrados particularmente no Imposto de Renda, não se repetiram na mesma intensidade este ano, e a arrecadação do IPI esteve, ao longo desse ano, sujeita aos efeitos das decisões judiciais desfavoráveis à União. Por outro lado, vale ressaltar o aumento das transferências de *royalties*, em função da arrecadação da cota-parte de compensações financeiras observada no período, em decorrência da flutuação dos preços internacionais do petróleo.

Os gastos com pessoal e encargos sociais ficaram R\$ 4,1 bilhões (7,9%) acima do realizado no ano anterior, em decorrência principalmente do crescimento vegetativo da folha salarial e da reestruturação, ao longo do segundo semestre de 2002, de carreiras estratégicas do funcionalismo. Também contribuíram para a dinâmica desses gastos a revisão geral de 1,0% na remuneração e subsídios dos servidores, bem como a concessão de vantagem pecuniária individual no valor de R\$ 59,87 por mês. Ainda assim, em percentual do PIB, houve redução em 0,44 ponto percentual nessas despesas.

As despesas com custeio e capital, por sua vez, apresentaram redução de R\$ 549,5 milhões (1,2%) em termos nominais, apresentando uma contração de 0,78 ponto percentual do PIB. Por um lado, cresceram as despesas com subsídios e subvenções econômicas, com destaque para o Programa de Subsídio à Habitação (PSH) e o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), ambas sem contrapartida no mesmo período do ano anterior. Houve, ademais, aumento generalizado nos gastos dos demais programas de subsídio, com destaque para a política de preços agrícolas (AGF) e para a equalização dos juros no âmbito do Proex. Por outro lado, houve substancial redução nas despesas com custeio e capital dos órgãos da administração pública, apesar dos Ministérios diretamente ligados a ações sociais, tais como Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social, estarem utilizando a quase totalidade dos seus limites de gastos estabelecidos na programação financeira.

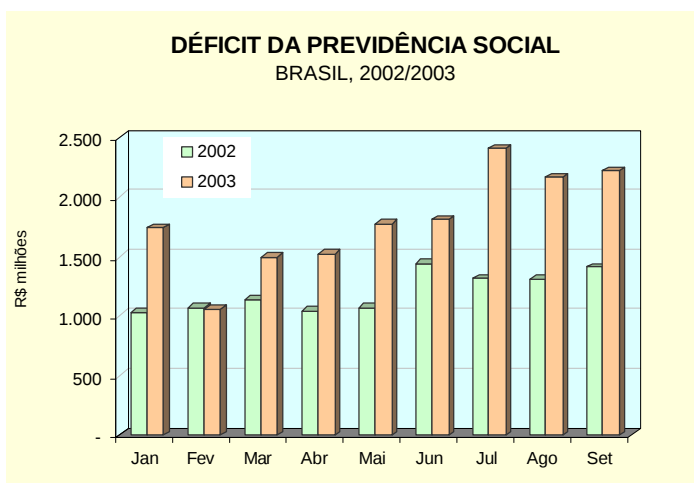
Até setembro, houve redução nas transferências a estados e municípios, apesar do aumento das transferências relacionadas a royalties sobre exploração de petróleo.

Embora tenha havido aceleração dos gastos discricionários do Tesouro Nacional em agosto e setembro, o desembolso pelos órgãos até o mês encontra-se abaixo do limite autorizado.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-SET (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	%
Contribuição	49,0	54,9	12,0%
Benefícios	59,9	71,1	18,8%
Resultado Primário	-10,8	-16,2	49,6%

Por fim, o déficit da Previdência Social atingiu R\$ 16,2 bilhões no ano, R\$ 5,4 bilhões (49,6%) superior ao realizado até setembro de 2002. Em percentual do PIB, o déficit do RGPS passou de 1,13% para 1,44%. O ritmo de crescimento do déficit previdenciário é consequência do maior dinamismo dos gastos com benefícios (cresceram 18,8% no ano), impulsionados pela ampliação do contingente de beneficiários, em relação à arrecadação observada nas contribuições previdenciárias (crescimento de apenas 12,0% no ano).

O déficit da Previdência Social tem crescido sistematicamente, devido à política de reajustes reais dos benefícios e da ampliação do número de beneficiários do sistema.



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em setembro de 2003, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 22,6 bilhões, representando aumento de R\$ 229,1 milhões em relação a agosto. Este incremento decorreu dos seguintes fatores: i) recuperação de créditos em atraso relativos especialmente ao IRPJ e a CSLL, no valor de R\$ 300 milhões; ii) pagamento da primeira cota ou cota única do ITR (R\$ 127 milhões); iii) arrecadação do imposto de importação (R\$ 108 milhões) e do IPI-vinculado à importação (R\$ 85 milhões), decorrentes do incremento de 23,60% no volume de importação em relação ao mês de agosto.

Em setembro, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 22,6 bilhões.

Por outro lado, as demais receitas do Tesouro ficaram R\$ 1,2 bilhão abaixo das observadas no mês de agosto, devido ao menor montante de pagamentos de dividendos realizados pelas empresas estatais federais (R\$ 311,5 milhões, contra R\$ 1,3 bilhão no mês anterior). O pagamento de dividendos mais expressivo, no mês de setembro, foi efetuado pela Caixa Econômica Federal (R\$ 300,0 milhões).

De janeiro a setembro de 2003, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 210,6 bilhões, equivalente a 18,7% do PIB, contra 19,6% em igual período do ano anterior, quando perfizer R\$ 187,7 bilhões. No que se refere às receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, a retração da receita quando comparada ao PIB decorreu, em grande medida, do maior volume de arrecadação atípica verificada em 2002, proveniente, especialmente, de medidas legais, restritas àquele ano, com vistas à recuperação de receitas relativas a exercícios anteriores, com destaque para o pagamento de débitos em atraso de fundo de pensão, conforme Medida Provisória nº 2.222/2001 (R\$ 9,2 bilhões).

As receitas do IPI, por sua vez, diminuíram de 1,5% para 1,3% do PIB, em função de decisões judiciais favoráveis a contribuintes e pela redução de alíquotas em produtos químicos, metalurgia básica e automóveis.

As receitas de contribuições totalizaram R\$ 96,6 bilhões (8,6% do PIB), ficando 0,1 ponto percentual inferior ao registrado em igual período de 2002. Essa retração está associada à menor arrecadação da CIDE-Combustível, em virtude de decisões judiciais favoráveis a contribuintes, não obstante a arrecadação referir-se a nove meses de fatos geradores, frente a oito meses em 2002.

Cabe destacar, no entanto, o incremento em 2003 das receitas de IRPJ sobre rendimentos de capital (R\$ 3,8 bilhões), em virtude, principalmente da elevada arrecadação de fundos de renda fixa, da arrecadação extra de IRPJ e CSLL de entidades estatais (R\$ 2,2 bilhões) e do aumento de R\$ 352 milhões do IRPJ de entidades financeiras.

As demais receitas do Tesouro atingiram R\$ 23,2 bilhões (2,1% do PIB) até setembro deste ano, contra R\$ 18,7 bilhões (1,9% PIB) no ano anterior. Parte desse aumento decorreu da arrecadação da cota-parte de compensações financeiras que passou de R\$ 4,7 bilhões para R\$ 8,3 bilhões, em decorrência da alta do preço internacional do petróleo e da depreciação cambial, bem como do aumento da produção petrolífera. Esse crescimento mais que compensou a queda de R\$ 1,2 bilhão verificada nas receitas com concessões, que em 2002 refletiram arrecadação de R\$ 1,6 bilhão, decorrente dos leilões das bandas “D” e “E”. Os dividendos pagos à União totalizaram R\$ 3,6 bilhões, representando aumento de R\$ 1,4 bilhão em relação ao ano anterior.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-SET (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Impostos	9,0%	8,1%
Imposto de Renda	6,6%	6,0%
IPI	1,5%	1,3%
Outros	0,9%	0,9%
Contribuições	8,7%	8,6%
Cofins	3,9%	3,8%
CPMF	1,5%	1,5%
CSLL	1,1%	1,1%
Cide - Combustíveis	0,6%	0,5%
Outras	1,6%	1,8%
Demais	1,9%	2,1%
Dividendos da União	0,2%	0,3%
Concessões	0,2%	0,0%
Outras	1,5%	1,7%
Total Bruto	19,6%	18,7%

Transferências a Estados e Municípios

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, 2003 (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	AGO	SET
Constitucionais	3.896,7	3.386,2
Desoneração do ICMS	265,9	265,9
Demais	906,0	654,0
Total	5.068,6	4.306,2

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, JAN-SET (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Constitucionais	3,39%	3,09%
Desoneração do ICMS	0,31%	0,28%
Demais	0,55%	0,68%
Total	4,25%	4,05%

Em setembro, as transferências totais a Estados e Municípios atingiram R\$ 4,3 bilhões, contra R\$ 5,1 bilhões em agosto. Cabe destacar que tal oscilação decorreu do fato que ao final de julho, houve pagamento à União de cota única do IRPJ e de *royalties* (Lei 9478), cuja transferência da parcela aos governos regionais deu-se, conforme prevê a legislação, no primeiro decêndio de agosto.

No acumulado de janeiro a setembro, as transferências a estados e municípios perfizeram R\$ 45,5 bilhões (4,0% do PIB), contra R\$ 40,7 bilhões (4,3% do PIB) em igual período de 2002. Não obstante as transferências, em termos nominais, terem apresentado incremento de R\$ 4,8 bilhões, em relação ao PIB, observa-se retração de 0,3 ponto percentual. Essa redução na participação do PIB decorrente dos já mencionado recolhimento atípico do IRPJ em 2002 e da redução no recolhimento do IPI em 2003.

Enquanto as transferências referentes à desoneração do ICMS sobre as exportações mantiveram-se próximas a 0,3% do PIB, as demais transferências a Estados e Municípios aumentaram de 0,5% para 0,7% do PIB, em razão, principalmente, do incremento verificado nos nove primeiros meses do ano dos repasses dos *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo, relativamente a idêntico período de 2002.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

**OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
BRASIL, 2003 (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	AGO 2003	SET 2003
Agricultura	181,9	218,3
Custeio Agropecuário	28,8	0,0
Investimento Rural	7,4	0,0
Preços Agrícolas	69,7	216,7
- EGF	0,0	0,0
- AGF	66,4	214,4
- Sustentação de preços	3,3	2,3
Pronaf	75,7	1,6
Pesa	0,0	0,0
Cacau	0,4	0,0
Outros	22,5	0,0
Exportação (Proex)	22,5	0,0
Habitação (PSH)	0,0	0,0
Total	204,4	218,3

As despesas do Tesouro Nacional atingiram em setembro R\$ 11,2 bilhões, apresentando redução nominal de R\$ 591,9 milhões (5,0%) em relação às observadas em agosto. Verificou-se, no mês, redução de R\$ 788,1 milhões nas despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) mais do que compensando os incrementos de R\$ 104,9 milhões nas despesas com “pessoal e encargos sociais”, de R\$ 40,8 milhões nos gastos com “subsídios e subvenções econômicas”; e de R\$ 92,6 milhões na rubrica “outras despesas de custeio e capital”.

As despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do FAT atingiram R\$ 447,7 milhões, frente R\$ 1,2 bilhão em agosto, mês em que se verificou concentração de repasses de recursos. Cabe destacar que tal comportamento tem sido observado nos últimos anos com a execução das despesas oscilando ao longo do ano e observando-se gastos superiores aos níveis típicos em alguns meses.

Os gastos com subsídios à agricultura, às exportações e à habitação popular totalizaram R\$ 218,3 milhões, apresentando pequeno acréscimo de R\$ 13,9 milhões (6,8%) em relação a agosto. O destaque no mês refere-se às despesas no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF) que totalizaram R\$ 214,4 milhões, contra R\$ 66,4 milhões do mês anterior, em função das aquisições de milho.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2003 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO	SET
Pessoal e Encargos	5.821,1	5.926,0
Custeio e Capital	5.886,7	5.231,9
Despesas do FAT	1.235,8	447,7
Subsídios e Subvenções	293,9	334,7
Outras	4.356,9	4.449,5
Transferência ao Bacen	49,6	7,4

Nos nove primeiros meses de 2003, as despesas do Tesouro Nacional registraram queda de 1,20 ponto percentual do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior. As despesas com pessoal e encargos sociais apresentaram redução de 0,44 ponto percentual, a rubrica “outras” de custeio e capital, diminuição de 0,83 ponto percentual e as despesas do FAT, 0,06 ponto percentual. Por outro lado, verificou-se acréscimo de 0,11 ponto percentual nos gastos com subsídios e subvenções econômicas. As transferências ao Banco Central perfizeram 0,03 ponto percentual do PIB, sem correspondência em 2002.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

Os gastos com pessoal e encargos sociais ficaram R\$ 4,1 bilhões (7,9%) acima do ano anterior em decorrência do crescimento vegetativo da folha salarial no período e da reestruturação, ao longo do segundo semestre de 2002, de carreiras estratégicas do funcionalismo. Também contribuíram para a dinâmica de tais gastos no ano de 2003, a revisão geral de 1,0% na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais, bem como a vantagem pecuniária individual de R\$ 59,87; estes dois fatores tiveram efeitos financeiros (inclusive pagamento de parcelas retroativas) a partir de julho.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-SET (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Pessoal e Encargos	5,48%	5,03%
Custeio e Capital	4,95%	4,17%
Despesas do FAT	0,59%	0,53%
Subsídios e Subvenções	0,07%	0,18%
Outras	4,29%	3,46%
Transferência ao Bacen	0,00%	0,03%

As despesas do FAT apresentaram pequena redução em proporção do PIB, comparativamente a idêntico período de 2002, atingindo 0,5 ponto percentual. Em termos nominais, no entanto, tais gastos elevaram-se em R\$ 268,6 milhões. Por um lado, observou-se crescimento das despesas com seguro desemprego e abono salarial, que passaram de R\$ 5,2 bilhões, em 2002, para R\$ 5,6 bilhões, em 2003, refletindo, em boa medida, o impacto do reajuste do salário mínimo a partir de abril deste ano. Por outro lado, os demais gastos operacionais se reduziram, no mesmo período de comparação, de R\$ 460,8 milhões para R\$ 291,1 milhões.

As despesas com subsídios à agricultura, às exportações e à habitação apresentaram incremento de R\$ 872,9 milhões (175,5%) no mesmo período de comparação, comportamento este que reflete, o incremento de R\$ 522,4 milhões (176,2%) nos subsídios aos agricultores. Ademais, os gastos com o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) totalizaram R\$ 154,1 milhões, contra apenas R\$ 1,3 milhão despendido no mesmo período do ano anterior. Verificou-se também incremento de 98,5% nas despesas com equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que passaram de R\$ 199,7 milhões, até setembro de 2002, para R\$ 397,3 milhões em 2003.

Os gastos sob a rubrica “outras despesas de custeio e capital” passaram de 4,95% do PIB, de janeiro a setembro de 2002, para 4,17% em igual período de 2003. O percentual de execução do limite de pagamento dos dispêndios realizados pelos ministérios ligados a áreas sociais (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) atingiu ao final de setembro 93,1% frente 92,8% observado até agosto de 2003. Por sua vez, o percentual dos demais ministérios passou para 76,7%, ante 73,0%, verificado até o mês anterior.

Previdência Social

A Previdência Social apresentou déficit primário de R\$ 2,2 bilhões em setembro, superando em R\$ 49,8 milhões o registrado no mês anterior. O crescimento nas despesas com benefícios previdenciários, de 1,4%, foram apenas parcialmente compensados pelo aumento das receitas, de 1,1%.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	AGO	SET	JAN-SET	
	2003	2003	2002	2003
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	6.534,5	6.603,4	49.031,4	54.898,6
Arrecadação Bruta	7.037,3	7.140,3	53.060,7	59.565,1
- Contribuição Previdenciária	6.629,2	6.711,2	49.743,5	55.888,2
- Simples	291,5	298,7	1.982,0	2.380,3
- CDP	0,0	0,0	54,6	0,0
- CFT	28,2	36,7	332,7	294,7
- Depósitos Judiciais	42,0	55,1	540,2	662,2
- Refis	21,0	25,9	306,4	246,3
- Outras Receitas	25,5	12,7	101,2	93,5
(-) Restituição/Devolução	-16,3	-35,8	-248,5	-274,9
(-) Transferências a Terceiros	-486,5	-501,1	-3.780,7	-4.391,7
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	8.704,1	8.822,7	59.861,4	71.095,0
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.169,5	-2.219,3	-10.830,0	-16.196,4
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,13%	-1,44%

Considerando o acumulado entre janeiro e setembro de 2003, o Regimento Geral de Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de cerca de R\$ 16,2 bilhões, apresentando elevação nominal de 49,6% em relação a idêntico período de 2002. Como proporção do PIB estimado, o déficit acumulado do ano encontra-se 0,3 ponto percentual acima daquele observado em 2002 (1,13% do PIB e 1,44% do PIB, respectivamente).

No ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 54,9 bilhões, aumento nominal de 12,0% em relação à verificada em 2002. Em percentual do PIB, a arrecadação correspondeu a 4,9 pontos percentuais no acumulado de 2003, apresentando diminuição de 0,2 ponto percentual quando comparada a igual período de 2002. Esse resultado explica-se, em parte, pelo comportamento do mercado de trabalho, onde o aumento do número de empregados não tem sido suficiente para compensar a redução real dos rendimentos individuais.

Até setembro, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 71,1 bilhões, superando em R\$ 11,2 bilhões o montante observado no mesmo período de 2002. Em relação ao PIB, essas despesas apresentaram ligeiro aumento, da ordem de 0,08 ponto percentual, não obstante o impacto da inflação do final de 2002 sobre o poder de compra das aposentadorias só tenha sido recuperado nos últimos meses. A elevação dos gastos com benefícios decorreu dos seguintes fatores: i) aumento de 16,5% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2003 (com impacto no caixa a partir de maio) e o reajuste dos demais benefícios a partir de junho de 2003 (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) acréscimo da ordem de 854,5 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2003, equivalente a cerca de 4,2% no estoque.

As emissões dos benefícios totais no período de janeiro a setembro, quando comparados a igual período em 2002, apresentaram os seguintes incrementos: i) 361,0 mil (3,1%) nas aposentadorias; ii) 203,2 mil (29,1%) nos auxílios – doença; iii) 144,3 mil (2,8%) nas pensões por morte; iv) 121,4 mil (5,6%) nos benefícios assistenciais; e v) 20,1 mil (2,9%) nos benefícios acidentários; vi) 1,8 mil (1,3%) nos salários maternidade; e vii) 2,7 mil (15,0%) nos demais benefícios.

Em setembro, o déficit do RGPS foi de R\$ 2,2 bilhões, superior em R\$ 49,8 milhões ao verificado no mês anterior.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-SET (% PIB)**

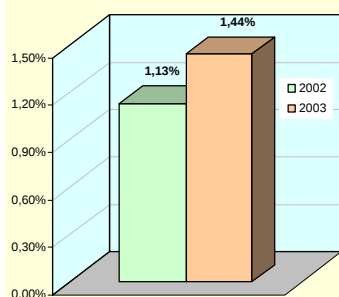
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Contribuição	5,12%	4,89%
Benefícios	6,25%	6,33%
Resultado Primário	-1,13%	-1,44%

**BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, MÉDIA JAN-SET**

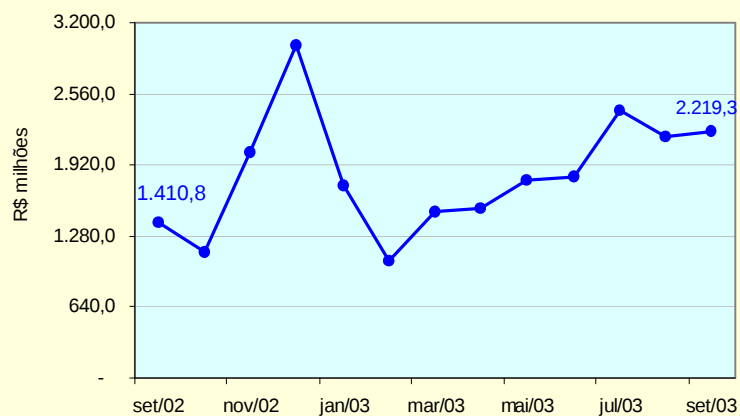
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	%
Quantidade*	20,5	21,4	4,2%
Valor médio**	328,5	382,5	16,5%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, JAN-SET (% PIB)



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2002/2003



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 375,9 bilhões em setembro, equivalente a 25,3% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 3 a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em setembro de 2002.

TABELA 3 DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2002/2003			
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	111.068	146.876	157.038
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	567.886	664.970	677.827
Dívida Contratual da STN	-355.454	-393.030	-395.917
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-101.365	-125.065	-124.873
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	287.814	216.555	218.853
Dívida Mobiliária em Poder do Público	220.898	166.862	167.657
Títulos Depositados em Garantia	-7.107	-5.202	-3.738
Dívida Contratual	75.150	55.869	55.879
Disponibilidades	-1.126	-974	-946
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	398.882	363.431	375.891
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	31,2%	24,8%	25,3%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em setembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 375,9 bilhões.

Em relação a agosto, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público apresentou incremento de R\$ 12,5 bilhões, contribuindo para tal comportamento a apropriação de juros nominais de R\$ 10,9 bilhões da dívida interna, o resgate líquido de R\$ 75,2 milhões e o aumento dos saldos em reais da dívida externa líquida no montante de R\$ 2,3 bilhões.

A dívida interna líquida passou de R\$ 146,9 bilhões em agosto de 2003, para R\$ 157,0 bilhões no mês de setembro, refletindo o crescimento do estoque da dívida mobiliária em poder do público em R\$ 12,9 bilhões devido, principalmente, à apropriação de juros ocorrida no mês. Em contrapartida, houve aumento dos haveres contratuais do Tesouro Nacional (R\$ 2,9 bilhões), explicado pela variação positiva do IGP-DI (1,05%) e do IGP-M (1,18%), que corrigem a maior parte dos créditos do Tesouro Nacional frente a terceiros, incluindo aqueles decorrentes das renegociações de dívidas dos Estados e Municípios.

Dívida Interna Líquida

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2002 SET	2003 AGO	2003 SET
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	111.068	146.876	157.038
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	567.886	664.970	677.827
LFT	304.293	438.867	438.765
LTN	43.031	51.588	63.996
NTN-C	40.516	54.281	56.637
NTN-D	68.963	34.510	31.398
Demais	87.527	60.295	61.782
Dívida Securitizada	21.400	23.372	23.206
TDA	2.157	2.057	2.044
DÍVIDA CONTRATUAL	-456.819	-518.094	-520.789
<i>Tesouro Nacional</i>	-355.454	-393.030	-395.917
Dívida Bancária	25.113	25.624	25.655
Lei nº 7.976/89	-14.882	-10.500	-10.351
Lei nº 8.727/93	-45.776	-47.561	-47.638
Lei nº 9.496/97	-168.339	-204.622	-206.112
Renegociação Dívida Municipais	-22.765	-30.019	-30.275
Demais Haveres da STN	-128.805	-125.950	-127.196
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-101.365	-125.065	-124.873
FAT	-72.945	-86.233	-86.016
Demais Entidades	-28.419	-38.831	-38.857
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	44,4%	45,4%	45,6%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-35,7%	-35,4%	-35,0%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-27,8%	-26,9%	-26,6%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	8,7%	10,0%	10,6%

Em setembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público totalizou R\$ 157,0 bilhões.

Emissões e Resgates

Boxe 1 **Emissão de NTN-C**

O leilão tradicional de NTN-C foi realizado nos dias 29 e 30 de setembro, com liquidação financeira em 1º de outubro. Foram ofertados títulos com vencimentos em 2008, 2017, 2021 e 2031, a taxas que variam de 9,40% a.a. a 9,50% a.a..

Nesse leilão, o Tesouro ofertou um montante de R\$ 2,4 bilhões, sendo 67,3% referentes à 2ª etapa do leilão, quando foram recebidos, como pagamento, títulos do Tesouro Nacional e o restante, 32,7%, à venda em dinheiro (1ª etapa).

O Tesouro Nacional, no mês de setembro, emitiu R\$ 32,1 bilhões em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna ao mercado (DPMFi), incluindo ofertas públicas e emissões diretas. Este valor foi superado pelos resgates no referido mês, que alcançaram R\$ 32,2 bilhões, resultando em resgate líquido de títulos da DPMFi, de responsabilidade do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 75,2 milhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 24,7 bilhões, sendo: i) R\$ 11,4 bilhões em LTN, com vencimentos julho de 2004 e em janeiro de 2005; ii) R\$ 9,8 bilhões em LFT, com vencimentos em setembro de 2005 e 2007; iii) R\$ 2,4 bilhões em NTN-B com vencimentos em agosto de 2006 e maio de 2009; e iv) R\$ 1,0 bilhão em NTN-C com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

Além do leilão tradicional de venda de Notas do Tesouro Nacional – série C (NTN-C), títulos remunerados pelo IGP-M, que ocorre usualmente nos dois últimos dias úteis do mês, cabe destacar o início do programa de recompra desses títulos no final do mês de setembro.

O objetivo é aprimorar o mercado de títulos públicos indexados a índices de preços, por meio do aumento da liquidez das NTN-C de médio e longo prazos. Acredita-se que, por meio desse programa, será possível fomentar as

negociações no mercado secundário, bem como incrementar a demanda pelo título no mercado primário. Tal medida atende, em parte, às necessidades das instituições detentoras desses títulos que precisam de maior liquidez, dentre elas, as entidades abertas e fechadas de previdência complementar.

O Tesouro Nacional realizou, em setembro, resgate líquido de títulos no valor de R\$ 75 milhões.

TABELA 5 EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, SET/2003			
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS*	EMISSÕES DIRETAS	TOTAL
I. EMISSÕES	24.655	7.446	32.101
LFT	9.775	1.053	10.828
LTN	11.412	0	11.412
NTN-C	1.055	2.875	3.930
NTN-B	2.412	0	2.412
TDA	0	17	17
Securitizada**	0	3.424	3.424
Demais	0	78	78
II. RESGATES***	26.772	5.405	32.176
LFT	18.445	0	18.445
LTN	1.942	0	1.942
NTN-C	3.484	0	3.484
NTN-D	2.900	0	2.900
TDA	0	47	47
Securitizada**	0	3.902	3.902
Demais	0	1.456	1.456
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-2.117	2.042	-75

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta, bem como as vendas por meio do Tesouro Direto.

** Inclui dívida agrícola.

*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

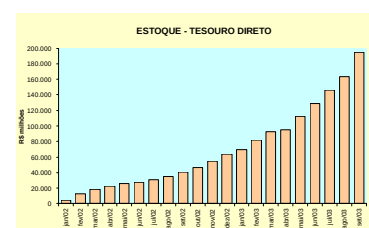
Boxe 2 – Recorde de vendas no Tesouro Direto

Do total de títulos emitidos, R\$ 30,4 milhões correspondem à venda direta por meio da internet – Tesouro Direto. Desse montante, destacam-se as vendas de títulos prefixados – LTN e de títulos indexados ao IGP-M – NTN-C, tendo representado 43,6% e 40,1% do total vendido, respectivamente.

Cabe ressaltar, ainda, que o mês de setembro apresentou recorde de vendas, influenciado sobremaneira pela introdução da campanha publicitária do programa, o que elevou bastante a procura pelo produto, tendo o estoque apresentado a maior variação (18,9%) desde abril de 2002 (23,2%). O montante vendido foi significativamente superior ao recorde mensal de abril de 2003, quando as vendas alcançaram R\$ 26,1 milhões. Adicionalmente, foram cadastrados no mês 3.040 novos investidores, o que representa 2,4 vezes a média dos últimos cinco meses. Relativamente aos novos títulos disponíveis no Tesouro Direto, vale destacar a oferta de títulos indexados ao IPCA, as NTN-B, com vencimentos em 2006 e 2009, cujas vendas atingiram R\$ 1,5 milhão.

No primeiro leilão de recompra, realizado no dia 30 do referido mês, o Tesouro Nacional aceitou NTN-C com vencimentos a partir de 2008, em volumes proporcionais ao estoque em mercado de cada um dos títulos. O resultado desse leilão se mostrou em consonância com os objetivos do programa. Foram recomprados R\$ 2,9 milhões em títulos com vencimento em 2021 e 2031. As taxas aceitas ficaram acima daquelas às quais estes vencimentos foram negociados no mercado primário (leilão do dia 29 de setembro).

Cabe ressaltar, também, que as Notas do Tesouro Nacional – série B (NTN-B), títulos remunerados pelo IPCA, voltaram a ser emitidas em oferta pública em setembro – as primeiras emissões desse título ocorreram em março de 2002. A NTN-B destaca-se por ser um instrumento adequado para aplicações de longo prazo. Nesse sentido, a decisão de voltar a emitir esse título resultou também da busca do Tesouro Nacional em identificar produtos de interesse dos diversos investidores, iniciada por meio de um programa específico de reuniões com entidades fechadas de previdência privada.



O leilão de NTN-B foi realizado com sucesso nos dias 11 e 12 de setembro, em duas etapas, sendo a primeira etapa em moeda corrente e a segunda com trocas por outros títulos do Tesouro Nacional. Na primeira etapa, a instituição vendeu integralmente o lote ofertado, com vencimentos em 2006 e 2009, no montante equivalente a R\$ 991,5 milhões, com taxa de 10,79% a.a. para ambos os títulos. A liquidação financeira dessa etapa foi realizada no dia 15 de setembro em moeda corrente.

Na segunda etapa, também foram ofertados títulos com os mesmos vencimentos, com as trocas totalizando R\$ 1,4 bilhão, tendo este volume correspondido a 58,9% da venda total (R\$ 2,4 bilhões). O restante (41,1%) correspondeu à parcela recebida na primeira etapa - para mais detalhes acessar a página do Tesouro Nacional (Emissões no Mercado Nacional).

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 7,44 bilhões. Deste total, destacam-se as operações de permuta por LFT, NTN-C e títulos da dívida agrícola para o Banco do Brasil, que totalizaram R\$ 7,35 bilhões, dentre as quais: (i) R\$ 3,4 bilhões de títulos da dívida agrícola; (ii) R\$ 1,1 bilhão de LFT; e (iii) R\$ 2,9 bilhões de NTN-C.

Composição

Quanto à composição da DPMFi, ressaltam-se: i) o aumento na participação dos títulos prefixados (1,7 ponto percentual), tendo em vista a expressiva emissão líquida de R\$ 9,4 bilhões em LTN; ii) a redução na participação dos títulos remunerados pela taxa Selic (1,5 ponto percentual), devido ao resgate líquido de LFT no valor de R\$ 7,6 bilhões e; iii) queda na participação dos títulos remunerados pela variação da taxa de câmbio, de acordo com a política de redução da exposição cambial da dívida pública.

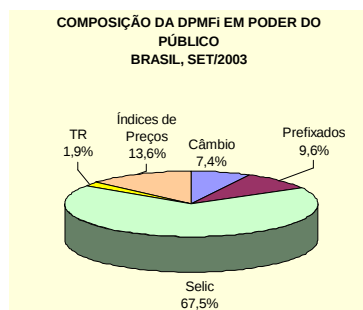


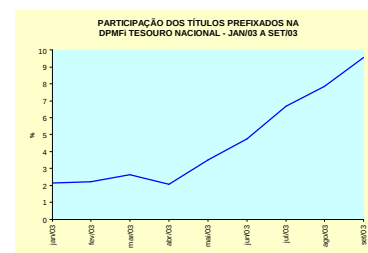
TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2002/2003

(%)

INDEXADOR	2002	2003	
	SET	AGO	SET
Selic	61,08	68,96	67,51
Câmbio	16,67	8,04	7,37
Prefixados	7,68	7,86	9,56
Índices de Preços	12,58	13,33	13,65
TR	1,98	1,81	1,90
Outros	0,01	0,00	0,00

* Não inclui dívida agrícola.

O aumento na participação de títulos prefixados está em perfeita consonância com os objetivos estabelecidos no Plano Anual de Financiamento para 2003 e vem sendo viabilizada pela crescente demanda do mercado por esses títulos. Observa-se a trajetória ascendente da participação desses títulos, tendo a mesma passado de 2,1% em janeiro, para 9,6% em setembro.



O custo médio anualizado da DPMFi em poder do público decresceu para 18,6% a.a. em setembro, contra 20,9% a.a. em agosto, devido, principalmente, à apreciação do câmbio (1,45%) que reduziu o custo da NTN-D, de 12,5 % a.a. em agosto, para - 5,7% a.a. em setembro.

Custo Médio

Mesmo excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi apresentou decréscimo, passando de 21,9% a.a. em agosto, para 21,2% a.a. em setembro, devido principalmente à menor variação da taxa Selic (1,68%) em relação ao mês anterior (1,77%), o que reduziu o custo da LFT (21,0% em setembro, contra 23,5% a.a. em agosto).

TABELA 7
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2003

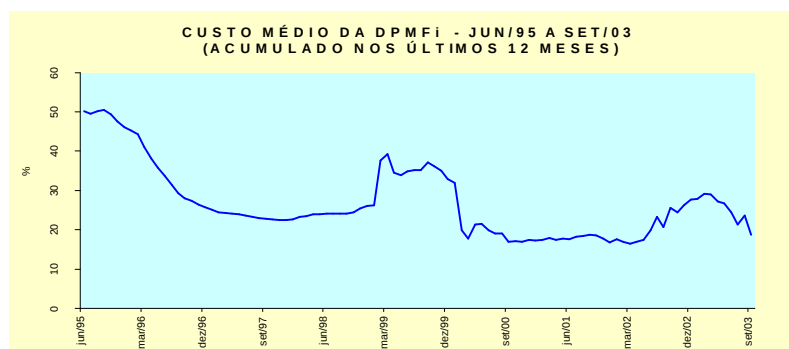
(% anual)

PERÍODO		TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	2000	17,45	17,64
	2001	17,00	16,79
	2002	21,01	93,52
	Set	24,35	8,35
	Out	31,73	27,83
2003	Dez	29,06	20,94
	2002	21,00	27,62
	Jan	28,13	24,93
	Fev	29,11	27,34
	Mar	29,74	13,32
	Abr	25,53	1,46
	Mai	22,56	24,84
	Jun	21,38	16,16
	Jul	21,56	24,09
	Ago	21,88	20,85
	Set	21,17	18,55

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi total foi de 21,17% a.a. em setembro.

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses apresentou queda significativa, de 23,6% a.a. em agosto, para 18,8% a.a. em setembro. Esta redução é resultado basicamente da forte apreciação cambial. Vale ressaltar que essa medida reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista que o custo médio mensal sofre significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos.



Prazo Médio

O prazo médio da DPMFi em poder do público permaneceu praticamente estável (31,9 meses em setembro, contra 32,1 meses em agosto). A redução foi moderada pelo fato de os prazos médios de emissão das LFT e LTN em setembro (37,0 meses e 11,5 meses, respectivamente) terem sido superiores aos prazos médios do estoque desses títulos em agosto (22,2 meses e 6,7 meses, respectivamente), contrabalançando o efeito da redução explicado pela decorrência de um mês.

**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO PÚBLICO**
BRASIL, 2002/2003

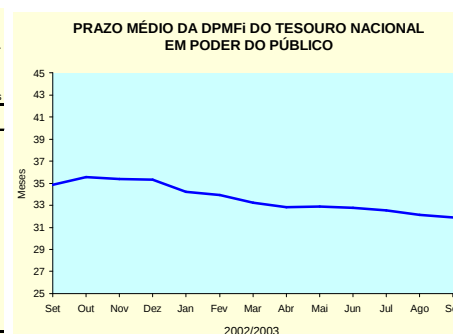
TÍTULOS	2002		2003	
	SET	AGO	SET	Meses
LTN	2,89	6,76	6,64	
LFT	25,79	22,20	22,30	
NTN-C	66,55	66,42	65,27	
NTN-D	15,82	14,67	14,94	
TDA	46,78	55,47	54,69	
Dívida Securitizada*	54,27	52,79	56,67	
Demais	119,65	115,92	112,66	
TOTAL	34,85	32,11	31,93	

(*) Inclui dívida agrícola.

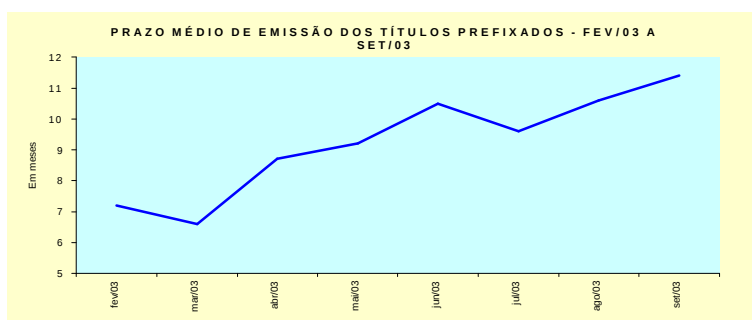
TABELA 8
**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO PÚBLICO**
BRASIL, 2002/2003

PERÍODO		Meses	
		TOTAL	OF. PUB. (1)
2002	Set	34,85	21,40
	Out	35,53	22,43
	Nov	35,39	22,68
	Dez	35,32	23,05
2003	Jan	34,21	22,09
	Fev	33,91	22,07
	Mar	33,21	21,94
	Abr	32,85	22,44
	Mai	32,88	23,01
	Jun	32,79	23,50
	Jul	32,56	23,66
	Ago	32,11	23,54
	Set	31,93	23,51

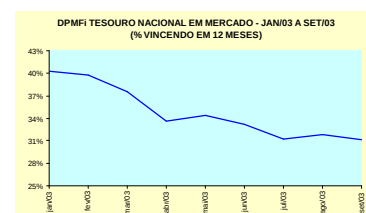
(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



O prazo médio de emissão dos títulos prefixados vem aumentando gradativamente ao longo de 2003, tendo esse movimento sido mais significativo de agosto para setembro, quando passou de 10,6 meses para 11,4 meses. Esse aumento pode ser explicado, dentre outros, pelo fato de o percentual de títulos emitidos com prazo em janeiro de 2005 (28,9%) ter sido superior àquele observado no mês anterior (14,6%).



Quanto ao percentual da DPMFi do Tesouro Nacional vencendo em 12 meses, este indicador apresentou decréscimo, passando de 31,8% em agosto, para 31,1% em setembro, em linha com a diretriz do Plano Anual de Financiamento de que o percentual vencendo no curto prazo esteja em níveis prudentes.



A dívida externa líquida passou de R\$ 216,6 bilhões em agosto para R\$ 218,9 bilhões em setembro devido, principalmente, à diminuição do saldo dos títulos depositados em garantia.

Dívida Externa Líquida

O estoque da dívida externa, DPFe, em moeda nacional permaneceu praticamente estável no mês, tendo havido um pequeno acréscimo de 0,36%. O principal fator que determinou a estabilidade do estoque da DPFe foi o aumento do estoque de dívida em moeda estrangeira, juntamente com a apreciação do real frente ao dólar. Na moeda norte-americana, o saldo devedor cresceu 1,84%, devido, principalmente, à reabertura do Global 2011 - título da dívida soberana, ocorrida no dia 11 de setembro (para maiores detalhes dessa emissão, ver Resultado do Tesouro Nacional de agosto de 2003 – Boxe 7).

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2002 SET	2003 AGO SET	
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	220.897,7	166.861,8	167.657,4
Bônus de Renegociação	73.682,7	49.810,4	49.041,2
Bônus de Captação	147.215,0	117.051,4	118.616,2
II. DÍVIDA CONTRATUAL	75.150,2	55.869,2	55.879,4
Organismos Multilaterais	40.135,9	31.340,0	31.273,2
Bancos Privados/Ag. Governamentais	13.217,9	9.559,4	9.413,2
Clube de Paris	21.796,4	14.969,8	15.193,0
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	296.048,0	222.730,9	223.536,8
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-7.107,4	-5.201,9	-3.737,6
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.126,4	-974,0	-946,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	287.814,1	216.555,0	218.852,9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	22,5%	14,8%	14,7%

Em setembro, o saldo da dívida externa líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 218,9 bilhões.

O serviço da dívida externa, pago em setembro, totalizou R\$1,4 bilhão, dos quais R\$ 972,5 milhões referem-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 455,8 milhões ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 830,5 milhões) referiu-se aos pagamentos de juros e encargos da dívida mobiliária externa.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,4 bilhão no mês.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, SET/2003

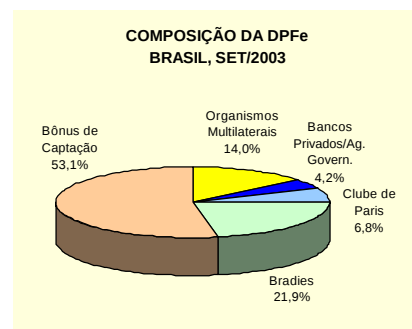
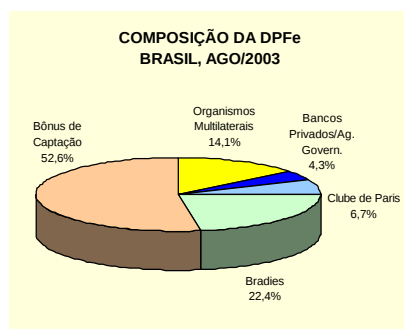
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS	455,8	972,5	1.428,3
I.1. Organismos Multilaterais	295,3	83,0	378,3
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	115,4	43,3	158,6
I.3. Clube de Paris	0,0	15,8	15,8
I.4. Dívida Mobiliária	45,1	830,5	875,5

Composição

Destaca-se no mês o ligeiro aumento da participação dos bônus de captação no total da DPFe (passando de 52,6% em agosto para 53,1% em setembro), em contraposição à queda da participação dos bônus de renegociação (22,4% em agosto, contra 21,9% em setembro), em função da reabertura do Global 2011, mencionada anteriormente.

É importante ressaltar que os resultados da operação referente ao Global 2011 confirmaram o sucesso na escolha do melhor momento para a realização da mesma. A emissão atingiu montante de US\$ 750,0 milhões e o preço ficou bastante acima da primeira colocação do título, fechando em 96,5% do seu valor de face, contra 90,5% da emissão em julho, enquanto o prêmio sobre o título do Tesouro norte-americano de 10 anos também se manteve abaixo da emissão de julho, 633 pontos base contra 757 pontos base.



O prazo médio da dívida mobiliária externa caiu de 6,22 anos em agosto, para 6,12 anos em setembro. A variação decorre principalmente da aproximação das datas de vencimento dos títulos. Já o custo médio, em dólares, permaneceu praticamente estável, em 8,92% a.a.. O ligeiro aumento de 0,02 ponto percentual em relação a agosto deveu-se basicamente à reabertura do Global 2011.

Prazo e Custo Médios

TABELA 11 CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA BRASIL, 2002/2003			
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	
	SET	AGO	SET
PRAZO MÉDIO (ANOS)	6,10	6,22	6,12
Bônus de Renegociação	6,04	5,81	5,73
Bônus de Captação	6,13	6,39	6,29
Globais	7,36	7,19	7,10
Euros	3,53	3,67	3,59
Demais	2,53	3,20	3,13
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,58	8,90	8,92
Bônus de Renegociação	5,15	4,86	4,86
Bônus de Captação	10,30	10,61	10,59
Globais	11,16	12,46	12,73
Euros	10,11	10,28	10,28
Demais	4,93	6,02	6,03

* Custo Médio em dólares.

Boxe 3 - nova emissão da República no mercado internacional de títulos

No dia 15 de outubro, o governo brasileiro realizou com sucesso nova emissão no mercado internacional de títulos, no montante de US\$ 1,5 bilhão em bônus globais com vencimento em 2010. A operação, liderada pelos bancos Merrill Lynch e Credit Suisse First Boston, apresentou taxa de retorno de 9,45% a.a. e spread de 561 p.b. sobre os títulos do Tesouro norte-americano de prazo equivalente. O cupom de juros, pago semestralmente, foi de 9,25% ao ano e o preço de emissão ficou em 98,992% do valor de face. Vale ressaltar que, desde 1998, a República não emite títulos no mercado internacional com taxa de juros de um dígito.

Os recursos da nova captação serão utilizados pelo Tesouro para pagamento de sua dívida vencendo em mercado, além de reforçar as reservas internacionais.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Set/2002	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2003
I. RECEITA TOTAL	29.018,5	29.964,3	26.975,2	33.938,3	32.439,4	27.721,8	26.251,4	32.106,7	29.574,5	25.121,8	29.595,5	28.249,1	28.163,3
I.1. Receitas do Tesouro	23.262,1	23.872,9	21.143,6	23.865,0	26.978,1	21.610,3	20.539,2	26.256,5	23.527,8	18.950,3	23.188,3	21.714,5	21.559,8
I.1.1 Receita Bruta	24.005,6	24.826,4	22.062,3	24.957,0	27.360,7	21.894,6	20.820,3	26.683,9	23.905,9	20.483,3	24.502,5	22.351,5	22.580,6
- Impostos	11.280,2	11.059,2	9.442,5	11.290,3	11.453,2	9.848,8	9.165,5	11.857,2	10.852,2	8.641,3	10.635,5	8.721,6	9.583,7
- Contribuições	10.634,8	11.093,4	10.891,8	10.775,5	12.370,0	9.961,3	10.076,9	10.890,9	10.809,5	10.375,7	11.084,5	10.256,3	10.795,2
- Demais	2.090,6	2.673,8	1.727,9	2.891,2	3.537,4	2.084,6	1.577,8	3.935,9	2.244,2	1.466,3	2.782,5	3.373,6	2.201,6
I.1.2. (-) Restituições	-743,5	-953,5	-768,6	-1.092,1	-382,7	-284,3	-281,0	-427,4	-378,0	-1.533,0	-1.314,2	-637,0	-1.020,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.756,4	6.091,4	5.831,6	10.073,3	5.461,4	6.111,5	5.712,2	5.850,2	6.046,7	6.171,5	6.407,2	6.534,5	6.603,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.413,3	5.273,2	5.406,5	4.742,2	5.704,3	6.144,8	4.769,7	4.502,3	6.735,9	4.227,2	4.013,8	5.068,6	4.306,2
II.1. Transferências Constitucionais	3.385,4	4.419,3	3.897,9	3.824,7	4.144,0	4.353,9	3.785,5	3.628,6	4.986,0	3.554,4	2.995,4	3.896,7	3.386,2
II.2. Lei Complementar 87/96	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9
II.3. Demais	698,4	524,5	1.179,3	588,1	927,2	1.183,3	718,2	607,7	1.483,9	406,9	752,5	906,0	654,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	24.605,2	24.691,2	21.568,7	29.196,1	26.735,1	21.577,1	21.481,8	27.604,4	22.838,7	20.894,6	25.581,7	23.180,5	23.857,1
IV. DESPESA TOTAL	17.562,1	20.815,2	20.513,8	32.276,1	19.552,3	17.665,8	17.331,4	17.902,1	19.119,1	20.063,8	22.736,4	20.461,4	19.988,1
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.248,9	5.684,4	6.411,4	8.790,1	7.517,4	5.944,2	5.631,2	5.644,7	5.900,9	6.447,1	7.706,1	5.821,1	5.926,0
IV.1.1. INSS	287,7	294,6	317,0	425,2	455,2	292,8	300,9	296,4	289,4	339,4	427,6	310,0	301,4
IV.1.2. Demais	4.961,3	5.389,7	6.094,3	8.364,8	7.062,2	5.651,4	5.330,3	5.348,3	5.611,5	6.107,8	7.278,6	5.511,1	5.624,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	7.167,1	7.230,0	7.864,5	13.070,8	7.201,3	7.166,6	7.209,7	7.371,8	7.825,9	7.979,9	8.813,0	8.704,1	8.822,7
IV.3. Custeio e Capital	5.146,1	7.900,9	6.238,0	10.415,2	4.832,7	4.480,6	4.449,1	4.846,2	5.349,3	5.573,3	6.151,6	5.886,7	5.231,9
IV.3.1. Despesa do FAT	795,4	930,3	616,1	721,9	569,1	395,5	428,3	592,0	841,0	420,1	987,6	1.235,8	447,7
- Abono e Seguro Desemprego	747,3	829,8	429,8	615,2	539,0	384,3	395,7	549,6	824,0	399,3	942,2	1.179,8	412,1
- Demais Despesas do FAT	48,1	100,5	186,3	106,8	30,1	11,2	32,6	42,4	17,0	20,7	45,4	56,0	35,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	-55,4	1.472,7	1,7	204,4	117,0	166,3	115,6	127,8	154,6	311,9	388,5	293,9	334,7
- Operações Oficiais de Crédito	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	80,2	109,1	62,8	16,8	101,3	238,7	338,9	204,4	218,3
- Subvenções aos Fundos Regionais	0,1	56,7	60,1	-21,2	36,9	57,2	52,9	111,1	53,4	73,2	49,6	89,5	116,4
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.406,1	5.497,9	5.620,1	9.488,9	4.146,5	3.918,7	3.905,2	4.126,4	4.353,7	4.841,4	4.775,5	4.356,9	4.449,5
IV.4. Transferência ao Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	74,4	41,5	39,4	43,1	63,4	65,7	49,6	7,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	7.043,1	3.875,9	1.054,9	-3.080,0	7.182,8	3.911,3	4.150,3	9.702,3	3.719,6	830,7	2.845,3	2.719,1	3.869,0
V.1. Tesouro Nacional	8.453,9	5.014,5	3.087,8	-82,5	8.922,8	4.966,4	5.647,8	11.223,9	5.498,8	2.639,2	5.251,1	4.888,7	6.088,3
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.410,8	-1.138,6	-2.032,9	-2.997,5	-1.740,0	-1.055,1	-1.497,5	-1.521,6	-1.779,2	-1.808,5	-2.405,8	-2.169,5	-2.219,3
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-86,8	-58,2	-48,0	-142,0	-38,0	23,8	-13,6	-20,7	-25,8	2,5	-29,5	-19,4	-58,2
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	6.956,3	3.817,7	1.006,9	-3.222,0	7.144,8	3.935,1	4.136,7	9.681,6	3.693,8	833,2	2.815,7	2.699,7	3.810,8
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-912,4	495,2	553,6	-1.144,1	-426,5	672,1	-683,9	628,3	-332,3	70,2	510,5	-99,0	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	6.043,9	4.312,9	1.560,5	-4.366,1	6.718,2	4.607,2	3.452,8	10.309,9	3.361,5	903,5	3.326,2	2.600,7	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-40.920,9	565,3	-499,5	2.139,2	-11.083,9	-8.783,8	-172,1	12.359,5	-12.542,4	-5.626,4	-16.333,4	-11.392,3	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-34.877,0	4.878,2	1.061,1	-2.226,9	-4.365,6	-4.176,6	3.280,7	22.669,4	-9.181,0	-4.722,9	-13.007,2	-8.791,6	nd

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOUREO NACIONAL (*)

"R\$ milhões

	Set/2002	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2003
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	27.193,5	33.751,5	30.054,7	37.468,8	26.460,3	30.578,9	28.028,2	28.920,7	34.035,1	28.051,7	28.133,2	29.749,9	29.613,7
I.1 - Recolhimento Bruto	19.689,9	24.524,9	22.292,0	25.397,7	19.234,3	22.754,9	20.630,8	20.968,2	26.123,3	20.269,1	19.931,9	21.293,5	20.735,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	738,6	1.775,7	916,0	1.131,7	663,4	1.039,7	1.015,1	1.445,9	1.066,6	1.000,0	1.026,6	1.107,2	1.553,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	185,9	282,3	286,4	-110,1	309,7	76,4	109,7	128,9	184,0	51,5	81,3	157,1	53,5
I.5 - Receita do Salário Educação	137,7	148,0	155,1	157,4	245,4	121,5	139,6	146,5	150,5	149,5	151,5	153,9	164,3
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	6.439,1	7.016,9	6.551,7	10.889,6	6.004,8	6.583,2	6.129,6	6.227,9	6.508,1	6.576,8	6.937,8	7.033,8	7.097,2
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	2,3	3,6	3,5	2,5	2,7	3,2	3,3	3,2	2,6	4,8	4,1	4,4	9,9
II. DESPESAS	26.459,9	33.935,4	31.130,5	40.427,0	24.796,3	29.762,8	25.375,5	28.883,6	27.881,7	38.147,5	20.380,3	29.534,2	33.265,2
II.1 - Liberações Vinculadas	5.214,3	5.615,6	6.262,4	5.726,0	6.856,8	6.971,7	5.702,0	5.560,6	7.792,0	5.494,7	4.800,4	6.310,3	5.184,8
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.605,7	4.709,5	4.152,4	3.980,8	4.508,8	4.639,9	4.033,5	3.864,8	5.317,3	3.787,0	3.190,4	4.152,5	3.608,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	363,5	356,1	802,4	350,8	419,0	674,4	372,7	386,6	1.106,5	260,2	272,1	723,7	306,6
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9
II.1.4 - Outras Vinculações	915,7	220,7	978,2	1.065,0	1.296,0	1.049,8	1.029,8	1.043,2	1.102,2	1.181,5	1.072,0	1.168,1	1.004,0
II.2 - Liberações Ordinárias	21.245,6	28.319,8	24.868,1	34.701,0	17.939,5	22.791,0	19.673,5	23.323,1	20.089,7	32.652,8	15.579,9	23.223,9	28.080,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.290,4	5.546,6	8.349,8	7.136,5	6.806,4	6.047,2	5.711,6	5.708,6	6.275,0	7.604,9	6.198,0	5.651,3	5.983,4
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.161,5	6.205,7	520,1	726,1	2.113,8	2.875,5	2.671,2	3.490,5	669,0	3.090,5	433,0	1.709,2	4.168,5
i) Dívida Contratual Interna	115,8	798,0	73,5	122,0	119,3	110,4	2.104,5	118,3	105,9	107,3	109,7	104,0	112,3
ii) Dívida Contratual Externa	1.045,6	5.407,8	446,6	604,1	1.994,5	2.765,1	566,7	3.372,3	563,1	2.983,2	323,2	1.605,3	4.056,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.102,4	2.623,4	2.766,0	2.165,0	933,8	1.884,7	786,4	2.566,5	563,9	2.082,0	2.560,2	2.692,9	3.435,5
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.188,5	6.885,1	7.968,9	15.207,5	4.841,9	7.955,1	6.647,9	7.505,0	7.901,8	15.692,0	650,4	8.826,5	9.849,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	5.368,3	6.321,4	5.014,6	8.683,3	3.012,5	3.836,5	3.759,2	3.918,5	4.446,9	3.862,7	5.327,3	4.052,9	4.384,2
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	134,6	737,6	248,7	782,5	231,2	192,0	97,2	134,0	233,2	320,7	411,1	291,1	258,9
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOUREO (I - II)	733,6	-184,0	-1.075,8	-2.958,2	1.664,0	816,1	2.652,7	37,1	6.153,4	-10.095,8	7.752,9	215,8	-3.651,5
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	4.149,4	11.012,4	35.037,7	36.723,8	16.269,0	25.919,2	31.734,4	41.545,8	43.971,3	37.583,5	39.417,1	20.996,8	27.795,7
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	3.776,0	10.222,2	34.321,7	35.116,0	15.425,0	25.077,9	31.195,5	38.833,8	43.074,9	37.015,9	38.519,7	19.437,9	27.373,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	373,5	790,1	716,0	1.607,8	844,0	841,3	538,9	2.712,1	896,4	567,7	897,4	1.558,9	422,2
V. DESPESAS	14.717,5	31.814,5	34.760,9	24.406,4	8.056,9	28.215,3	25.225,2	6.440,9	34.566,7	31.410,0	30.190,9	22.502,4	26.846,8
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	14.134,6	27.964,8	33.742,2	21.326,1	7.179,4	25.699,5	24.558,0	3.106,0	32.828,2	28.544,8	25.735,7	19.075,5	25.828,3
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	582,9	3.849,8	1.018,7	3.080,2	877,5	2.515,8	667,2	3.334,9	1.738,5	2.865,2	4.455,2	3.427,0	1.018,5
V.2.1 - Dívida Interna	102,4	1.519,5	58,9	121,7	104,2	96,6	93,7	102,5	94,8	111,7	191,1	94,7	101,5
V.2.2 - Dívida Externa	480,5	2.330,3	959,7	2.958,5	773,2	2.419,1	573,5	3.232,4	1.643,7	2.753,5	4.264,1	3.332,3	917,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-10.358,6	-17.742,6	579,5	13.789,9	8.245,6	-621,6	6.637,5	35.727,8	10.246,7	8.471,1	12.784,0	362,5	1.545,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOUREO/BACEN	4.227,3	4.872,3	-3.592,1	-12.069,2	-1.357,7	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7	-9.169,9
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-5.607,2	-16.113,8	-4.391,1	-2.709,9	8.518,5	1.758,7	8.389,4	33.288,1	14.961,4	-7.009,4	14.443,8	41,9	-11.872,5

(*) Dados retificados

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

"R\$ milhões

	Set/2002	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2003
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	21.133,5	13.264,3	12.123,0	1.359,2	12.234,7	7.122,6	3.864,9	7.327,1	6.663,2	17.212,9	27.850,0	15.241,7	14.352,5
I.1. Emissão de Títulos	14.110,9	7.843,4	14.503,7	0,0	11.314,9	3.951,5	3.779,8	9.006,7	5.120,5	16.312,5	25.732,6	11.513,9	13.116,5
I.2. Remuneração das Disponibilidades	6.700,3	5.131,6	-2.287,3	1.189,3	943,5	2.958,3	84,4	-1.561,6	1.462,0	863,2	1.962,4	3.517,8	1.194,7
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	322,3	289,3	-93,4	170,0	-23,7	212,8	0,7	-118,0	80,6	37,1	155,1	210,0	41,3
II. DESPESAS NO BACEN	16.906,2	8.392,0	15.715,1	13.428,5	13.592,4	3.883,9	4.637,3	9.181,0	7.259,8	20.300,0	30.385,4	13.910,0	23.522,5
II.1. Resgate de Títulos	15.646,1	7.718,5	14.485,0	12.305,4	12.325,5	3.690,3	3.329,0	8.941,7	6.467,0	19.200,0	27.997,4	12.938,7	21.597,9
II.2. Encargos da DPMF	1.260,1	673,5	1.230,0	1.123,1	1.266,9	193,7	1.308,3	239,3	792,8	1.100,0	2.388,0	971,3	1.924,5
III. RESULTADO (I - II)	4.227,3	4.872,3	-3.592,1	-12.069,2	-1.357,7	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7	-9.169,9

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Set/2002	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2003
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	0,7	38,4	12,0	0,0	58,1	28,0	25,1	28,7	27,1	30,1	28,8	28,8	0,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	73,6	0,0	59,6	44,3	59,8	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	7,4	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-69,0	-159,0	-175,9	-38,5	-154,2	-30,7	-54,3	-50,6	-4,6	-3,6	84,0	69,7	216,7
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	3,8	0,0	6,3	0,0	1,9	1,2	1,5	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-74,0	-163,8	-195,8	-49,9	-159,4	-34,6	-55,4	-52,2	-7,3	-7,3	76,7	66,4	214,4
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	5,0	1,0	20,0	5,1	5,2	2,0	0,0	0,0	2,0	3,7	7,3	3,3	2,3
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	4,5	208,8	26,0	145,1	25,7	33,0	26,1	27,8	27,8	31,4	34,1	75,7	1,6
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	7,0	170,7	39,4	55,3	4,3	2,1	4,3	7,7	36,7	141,0	178,7	22,5	0,0
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	0,0	63,3	1,7	-0,3	0,0	0,0	28,8	0,0	0,0	0,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	1,3	11,3	40,0	4,1	38,6	15,0	61,8	3,2	14,3	11,0	10,2	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	1.072,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. TOTAL	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	80,2	109,1	62,8	16,8	101,3	238,7	338,9	204,4	218,3

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Set/2002	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2003
I. DÍVIDA INTERNA	111.067,5	92.633,1	87.825,6	69.649,5	69.966,6	73.737,7	86.261,1	88.235,7	108.085,0	124.638,9	138.601,1	146.876,1	157.037,8
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	567.886,3	555.039,5	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6	635.669,3	657.069,6	664.970,3	677.827,3
Dívida Bancária	25.112,8	25.076,6	25.146,3	25.206,0	25.226,3	25.297,0	25.361,8	25.404,9	25.477,0	25.510,9	25.560,4	25.623,6	25.655,0
INSS	-12.261,7	-12.585,9	-13.115,8	-13.881,8	-14.256,6	-14.565,9	-14.797,5	-15.042,6	-15.104,2	-15.003,0	-14.898,0	-14.868,2	-14.960,4
Lei 7.976/89	-14.882,0	-14.143,2	-13.749,4	-13.185,4	-13.107,0	-13.069,9	-12.513,0	-10.896,5	-10.999,4	-10.587,6	-10.572,7	-10.500,4	-10.351,1
Bônus Renegociação	-30.219,9	-28.158,7	-27.989,6	-24.939,6	-25.158,6	-25.368,0	-23.860,1	-20.386,1	-21.008,6	-20.121,3	-20.559,1	-20.514,7	-20.302,2
Lei 8.727/93	-45.775,9	-45.753,2	-46.044,2	-46.384,8	-46.602,5	-46.842,2	-47.050,1	-47.215,1	-47.384,6	-47.436,1	-47.477,5	-47.561,0	-47.637,9
Lei 9.496/97	-168.338,7	-173.562,5	-179.532,2	-190.405,9	-194.297,2	-198.010,5	-201.781,0	-205.358,4	-206.088,3	-205.385,1	-204.439,1	-204.622,2	-206.112,1
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-22.765,3	-23.262,0	-24.207,7	-27.033,5	-27.647,2	-28.323,9	-28.854,7	-29.401,8	-29.640,4	-29.728,5	-29.883,6	-30.019,0	-30.275,0
Recebíveis das Estatais	-26.311,0	-27.909,4	-29.039,4	-30.726,9	-30.578,1	-31.130,5	-31.085,4	-29.779,7	-30.009,1	-30.178,3	-31.646,2	-32.054,8	-32.170,1
Outros	-38.083,3	-38.469,4	-38.883,2	-40.381,6	-42.276,4	-42.441,7	-42.882,9	-43.216,6	-42.831,0	-42.612,7	-43.056,0	-42.267,7	-42.635,0
Fat	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.015,9
Demais Entidades	-28.419,2	-30.003,6	-30.274,3	-31.113,9	-33.699,2	-34.307,1	-35.433,3	-36.211,8	-36.422,5	-36.931,2	-38.038,8	-38.831,2	-38.856,6
Créditos das Operações Oficiais	-15.350,2	-14.601,7	-14.455,1	-14.738,5	-14.192,4	-14.249,1	-13.474,5	-12.037,8	-12.242,6	-11.954,6	-12.326,9	-12.079,1	-12.457,2
Arrecadação a Recolher	-6.579,0	-5.520,8	-3.993,4	-776,0	-7.038,6	-5.244,5	-4.520,9	-8.649,9	-4.860,9	-3.414,3	-6.025,0	-4.166,0	-4.670,8
II. DÍVIDA EXTERNA	287.814,1	267.911,0	270.128,2	262.688,9	262.654,1	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4	217.124,3	222.927,5	216.555,0	218.852,9
Dívida Mobiliária	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4
Títulos Depositados em Garantias	-7.107,4	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6
Dívida Contratual	75.150,2	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4
Disponibilidades	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	398.881,6	360.544,1	357.953,8	332.338,4	332.620,7	338.275,7	334.959,5	300.394,8	331.091,4	341.763,2	361.528,6	363.431,1	375.890,7
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	31,2%	27,9%	27,4%	25,1%	24,9%	25,0%	24,5%	21,7%	23,7%	24,2%	25,1%	24,8%	25,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Set/2002	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2003
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	73.682,7	67.564,3	67.329,2	65.418,4	65.279,6	65.972,0	62.030,1	52.310,6	53.680,6	51.986,3	53.678,8	49.810,4	49.041,2
Brazil Investment Bond (BIB)	1.326,8	1.241,7	1.238,8	1.203,7	1.201,1	1.213,8	1.090,3	939,7	964,3	933,9	964,3	964,6	905,3
Par Bond (PB)	7.885,1	7.267,2	7.230,6	7.025,4	7.010,5	7.084,9	6.667,1	5.745,9	5.896,6	5.710,5	5.896,4	4.566,1	4.499,7
Discount Bond (DB)	8.494,9	7.949,9	7.931,3	7.706,2	7.689,9	7.771,4	7.313,2	6.302,7	6.466,0	6.261,9	6.465,7	3.980,7	3.922,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.364,5	2.212,8	2.207,6	2.145,0	2.140,4	2.163,1	2.035,6	1.619,4	1.661,8	1.609,4	1.661,8	1.662,4	1.638,2
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	25.471,1	23.836,9	23.781,3	23.106,4	23.057,4	23.301,9	21.928,0	18.898,2	19.393,9	18.781,8	19.393,2	19.399,8	19.117,9
Debt Conversion Bond (DCB)	14.773,7	13.825,8	13.735,6	13.345,8	13.317,5	13.458,8	12.665,2	10.915,2	11.201,6	10.848,0	11.201,2	11.138,1	10.976,3
New Money Bond (NMB)	5.679,8	4.935,7	4.924,2	4.784,4	4.774,3	4.824,9	4.540,4	3.612,1	3.706,8	3.589,8	3.706,7	3.708,0	3.654,1
Eligible Interest (EI)	7.686,7	6.294,4	6.279,7	6.101,5	6.088,5	6.153,1	5.790,3	4.277,3	4.389,5	4.251,0	4.389,4	4.390,9	4.327,1
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	147.215,0	137.774,0	137.526,9	135.249,3	135.707,2	137.395,8	127.763,5	109.082,6	116.101,1	115.352,9	118.630,7	117.051,4	118.616,2
Bônus Marco Alemão 2007	1.970,3	1.848,0	1.851,9	1.892,4	1.941,8	1.970,4	1.874,6	1.653,7	1.788,9	1.681,7	1.706,5	1.652,7	1.700,5
Bônus Global 2027	13.632,2	12.757,5	12.727,8	12.366,6	12.340,3	12.471,2	11.735,9	10.114,3	10.379,6	10.052,0	10.379,3	10.382,8	10.231,9
Bônus EuroIra	1.492,6	1.399,9	1.402,9	1.433,6	1.471,0	1.492,6	1.420,1	1.252,8	1.355,2	1.274,0	1.292,7	1.288,2	1.288,2
Bônus Eurosterling 2007	918,0	857,0	850,3	854,1	871,5	842,3	796,9	693,5	728,5	711,4	717,4	700,5	718,0
Bônus Euro 2003	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.759,6	1.898,9	1.926,9	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2008	1.477,7	1.386,0	1.388,9	1.419,3	1.456,3	1.477,8	1.406,0	1.240,3	1.341,7	1.261,3	1.279,8	1.239,5	1.275,4
Bônus Global 2008	9.737,3	9.112,5	9.091,3	8.833,3	8.814,5	8.908,0	8.382,8	7.224,5	7.414,0	7.180,0	7.413,8	7.416,3	7.308,5
Bônus Global 2004	11.684,7	10.935,0	10.909,5	10.599,9	10.577,4	10.689,6	10.059,3	8.669,4	8.896,8	8.616,0	8.896,5	8.899,5	8.770,2
Bônus Euro 2004	1.888,3	1.771,0	1.774,8	1.813,6	1.860,9	1.888,3	1.796,6	1.584,9	1.714,4	1.611,7	1.635,4	1.583,9	1.629,7
Bônus Global 2009	7.789,8	7.290,0	7.273,0	7.066,6	7.051,6	7.126,4	6.706,2	5.779,6	5.931,2	5.744,0	5.931,0	5.933,0	5.846,8
Bônus Euro 2006	2.651,3	2.523,1	2.491,9	2.546,4	2.612,9	2.651,4	2.522,5	2.225,3	2.407,2	2.263,0	2.296,2	2.223,9	2.288,2
Bônus Global 2020	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4
Bônus Euro 2010	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4
Bônus Global 2030	6.231,8	5.832,0	5.818,4	5.653,3	5.641,3	5.701,1	5.365,0	4.623,7	4.745,0	4.595,2	4.744,8	4.746,4	4.677,4
Bônus Samurai 2003	8.309,3	7.719,2	7.701,2	7.728,3	7.636,0	7.830,6	7.375,7	4.850,2	4.961,3	4.795,4	4.912,2	-	-
Bônus Euro 2005	4.770,7	4.474,6	4.484,0	4.582,1	4.701,7	4.770,9	4.539,1	4.004,2	4.331,5	4.072,0	4.131,9	4.001,7	4.117,4
Bônus Global 2007	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.714,0	7.180,0	7.413,8	7.416,3	7.308,5
Bônus Global 2040	20.087,2	18.798,4	18.754,6	18.222,3	18.183,6	18.376,5	17.293,0	14.903,6	15.294,5	14.811,8	15.294,0	15.299,2	15.076,9
Bônus Euro 2007	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4
Bônus Samurai 2006	1.917,5	1.781,4	1.777,2	1.783,5	1.762,2	1.807,1	1.702,1	1.455,1	1.488,4	1.438,6	1.473,7	1.514,3	1.537,2
Bônus Global 2006	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.448,4	4.308,0	4.448,3	4.449,8	4.385,1
Bônus Euro 2011	3.853,6	3.614,4	3.621,9	3.701,2	3.797,8	3.853,7	3.666,4	3.234,4	3.498,8	3.289,2	3.337,6	3.323,4	3.325,9
Bônus Global 2024	8.374,0	7.836,8	7.818,5	7.596,6	7.580,5	7.660,9	7.209,2	6.213,1	6.376,0	6.174,8	6.375,8	8.824,5	8.696,2
Bônus Samurai 2007	2.556,7	2.375,1	2.369,6	2.377,9	2.349,5	2.409,4	2.269,5	1.940,1	1.984,5	1.918,2	1.964,9	2.019,1	2.049,6
Bônus Global 2005	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4
Bônus Global 2012	4.868,6	4.556,3	4.545,6	4.416,6	4.407,3	4.454,0	4.191,4	3.612,3	3.707,0	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3
Euro Bond 2009	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.850,6	1.898,9	1.926,9	1.833,2	1.617,2	1.749,4	1.644,6	1.668,8	1.616,2	1.662,9
Bônus Global 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3
Bônus Global 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.483,3	3.654,3
Bônus Global 2010	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-7.107,4	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6
III. DÍVIDA CONTRATUAL	75.150,2	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4
V. TOTAL (I+II+III+IV)	287.814,1	267.911,0	270.128,2	262.688,9	262.654,1	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4	217.124,3	222.927,5	216.555,0	218.852,9
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	22,5%	20,8%	20,7%	19,9%	19,6%	19,5%	18,2%	15,3%	15,9%	15,4%	15,5%	14,8%	14,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Set/2002	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2003
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	831.903,3	821.160,9	832.223,7	840.972,1	872.999,6	888.560,4	898.891,6	899.117,2	923.238,8	935.539,1	960.282,5	969.585,3	991.422,5
I. Dívida em Mercado	567.886,3	555.039,5	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6	635.669,3	657.069,6	664.970,3	677.827,3
Dívida Securitizada	21.391,5	20.158,4	20.484,0	21.116,1	21.214,9	21.500,7	23.222,3	23.491,1	23.715,4	23.738,1	23.869,8	23.362,8	23.197,7
Certificados de Privatização	8,0	8,1	7,7	7,5	7,7	7,8	8,0	8,1	8,2	8,4	8,5	8,7	8,8
TDA	2.157,0	2.080,1	2.099,8	2.005,1	1.999,9	1.986,8	1.981,1	1.993,1	2.110,1	2.080,0	2.071,7	2.057,3	2.044,0
LTN	43.031,1	41.016,9	27.862,5	13.583,6	12.118,2	12.720,7	15.575,8	12.201,2	21.489,8	29.914,8	43.421,0	51.588,3	63.995,8
LFT	304.292,9	303.789,9	325.000,7	356.026,5	375.453,2	381.234,3	396.819,0	413.909,0	421.656,9	427.736,1	436.437,7	438.867,0	438.764,9
LFT-A	22.368,9	20.152,6	18.444,4	3.209,0	3.248,3	3.283,5	3.318,6	3.353,8	3.393,9	3.430,6	3.475,3	3.509,6	3.540,8
LFT-B	13.660,8	13.665,2	13.528,3	12.735,4	12.752,4	12.620,6	12.254,3	12.410,1	12.178,8	11.781,8	11.631,0	8.422,6	7.855,1
NTN-A	18.162,3	16.635,4	16.663,5	15.924,8	15.918,7	16.112,8	15.148,9	12.952,5	13.319,7	12.927,9	13.374,4	13.406,4	13.194,7
NTN-B	10.072,6	10.237,8	10.189,4	10.698,5	9.347,3	9.745,0	9.851,8	9.979,0	10.838,9	10.862,3	10.933,9	11.055,0	13.643,1
NTN-C	40.515,6	44.888,8	54.934,2	47.229,8	47.877,9	50.031,3	51.907,5	53.177,9	54.257,5	53.870,4	53.259,8	54.280,9	56.636,8
NTN-D	68.963,3	58.734,3	49.128,6	49.893,5	49.610,6	50.150,5	45.973,7	36.875,1	36.331,0	35.626,0	34.528,7	34.510,5	31.397,8
NTN-H	162,4	162,9	163,4	163,9	164,7	165,4	166,0	166,7	167,5	168,2	169,0	169,8	170,3
NTN-I	1.813,2	1.664,6	1.902,6	1.711,8	1.675,4	1.656,9	1.528,2	1.315,5	1.348,2	1.101,7	1.285,1	1.266,3	1.225,8
NTN-P	2.373,8	2.392,2	2.410,4	2.443,6	2.467,4	2.489,7	2.511,5	2.534,2	2.549,0	2.572,3	2.598,8	2.550,2	2.571,2
CFT-A	11.974,5	12.181,2	12.660,9	13.146,1	13.359,9	13.555,2	13.634,5	13.660,7	13.532,5	13.332,5	13.358,8	13.293,4	13.004,2
CFT-D	3.445,8	3.826,1	3.716,6	3.726,6	3.583,5	3.611,6	3.389,1	2.912,6	2.980,6	2.878,3	2.963,5	2.956,0	2.904,5
Demais	3.492,7	3.445,1	3.516,0	3.583,8	4.219,6	3.612,8	3.660,8	3.597,3	3.633,6	3.639,9	3.682,6	3.665,4	3.671,9
II. Dívida com BACEN	264.017,0	266.121,4	269.510,7	283.766,7	297.980,2	304.074,8	297.940,6	294.579,3	299.727,2	299.869,9	303.212,9	304.615,1	313.595,2
LTN	65.048,6	68.406,5	57.491,8	45.725,0	47.916,1	49.501,2	50.997,4	51.231,1	57.278,6	68.076,3	81.984,8	93.211,8	106.034,3
LFT	102.733,8	106.059,9	121.600,7	141.438,1	153.890,7	157.362,6	155.649,7	163.552,9	161.388,1	153.541,5	141.396,4	131.703,1	128.868,7
NTN-D	90.648,2	85.266,7	84.013,0	90.102,1	89.579,1	90.493,4	84.481,3	72.922,5	74.264,8	71.749,2	73.472,7	73.503,0	70.143,3
Demais	5.586,5	6.388,4	6.405,2	6.501,5	6.594,4	6.717,6	6.812,1	6.872,7	6.795,8	6.502,8	6.359,0	6.197,2	8.548,9
Dívida em Mercado/PIB	44,4%	43,0%	43,1%	42,2%	43,0%	43,2%	43,9%	43,7%	44,6%	45,0%	45,7%	45,4%	45,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Set/2002	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2003
I. INTERNA	-101.364,7	-103.516,1	-109.023,6	-110.307,8	-115.124,5	-116.798,7	-119.231,5	-119.722,6	-120.734,4	-120.119,7	-123.144,7	-125.064,6	-124.872,5
Dívida contratual	872,1	813,9	812,9	864,9	844,8	852,9	812,4	727,6	732,4	691,9	705,8	704,3	701,8
FAT	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.015,9
Aplicações financeiras	-2.765,3	-3.476,4	-3.330,1	-3.490,4	-3.588,2	-3.689,2	-4.007,2	-4.309,7	-4.131,7	-4.316,5	-4.365,7	-4.577,3	-4.524,4
Fundos Regionais	-19.223,5	-19.674,0	-20.025,3	-20.362,3	-20.503,3	-20.625,1	-21.373,1	-21.511,8	-21.989,5	-22.182,4	-23.086,9	-23.532,7	-23.871,9
Demais	-7.302,5	-7.667,0	-7.731,8	-8.126,1	-10.452,6	-10.845,7	-10.865,5	-11.117,9	-11.033,7	-11.124,2	-11.292,0	-11.425,6	-11.162,0
II. EXTERNA	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4
Disponibilidades	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-102.491,1	-104.619,5	-110.272,1	-111.398,8	-116.234,7	-117.935,8	-120.358,9	-120.769,9	-121.703,2	-121.125,4	-124.086,6	-126.038,6	-125.818,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,0%	-8,1%	-8,4%	-8,4%	-8,7%	-8,7%	-8,8%	-8,7%	-8,7%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,5%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

No mês de setembro de 2003, os repasses pertinentes ao Fundo de Participação para os Estados, o DF e os Municípios foram 13,2% menores do que aqueles ocorridos no mês anterior, confirmando a estimativa inicial da Secretaria do Tesouro Nacional que apontava um decréscimo da ordem de 14 %.

Os repasses até o mês de setembro de 2003 são maiores em 7,5%, em valores nominais, quando comparados ao mesmo período do ano de 2002.

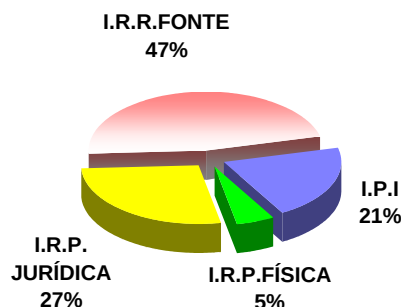
As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

Caso necessário, os telefones para contato são: (0xx61) 412-3116, 412-3023.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **setembro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

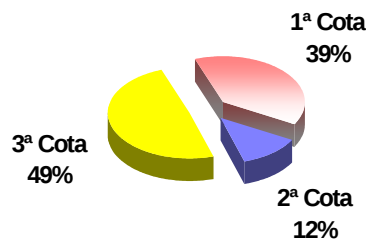
BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



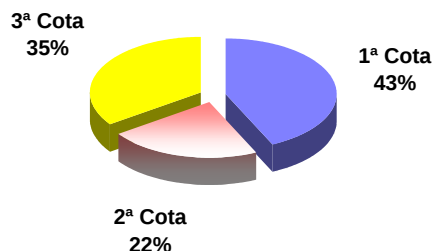
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIAÇÃO NOMINAL%)		
	SET	AGO	JAN A SET	SET/03 AGO/03	SET/03 SET/02	JAN A SET/03 JAN A SET/02
2002	1.651,7	1.496,1	15.891,1	-	-	-
2003	1.665,2	1.919,1	17.089,8	-13,2 %	+0,8 %	+7,5 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIAÇÃO NOMINAL%)		
	SET	AGO	JAN A SET	SET/03 AGO/03	SET/03 SET/02	JAN A SET/03 JAN A SET/02
2002	1.578,3	1.429,6	15.184,9	-	-	-
2003	1.591,2	1.833,9	16.330,3	-13,2 %	+0,8 %	+7,5 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 616/02 os créditos no mês de **setembro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/09, 19/09 e 30/09**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
SET	-14,0 %	-13,2 %	-14,0 %	-13,2 %	-1,0 %	-9,6 %

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de agosto a 20 de setembro, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Ago	390,8	3.159,1	3.549,9						
SET/2003	1.389,3	6.183,8	7.573,0	SET/2003	7.401,0	1.352,5	1.415,4	110,3	507,9
1º Dec./Set	597,4	2.330,5	2.927,9	3º Dec./Ago.	3.549,9	648,7	678,9	33,2	240,2
2º Dec./Set	309,8	613,3	923,1	1º Dec./Set.	2.927,9	535,1	560,0	50,8	202,2
3º Dec./Set	482,1	3.240,0	3.722,0	2º Dec./Set.	923,1	168,7	176,5	26,3	65,6

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	7.778,67	46.269,85	8,31	9.575,76
AL	33.578,99	56.266,35	272,51	16.238,32
AM	19.790,32	37.740,83	3.791,06	11.223,61
AP	5.352,21	46.148,12	12,17	9.252,59
BA	128.220,54	127.085,87	5.744,27	53.503,00
CE	73.993,13	99.233,34	1.389,72	31.464,36
DF	3.033,86	9.335,12	3,32	2.506,36
ES	25.052,90	20.287,86	4.252,94	10.452,50
GO	51.959,72	38.453,61	958,04	16.656,77
MA	57.030,11	97.627,89	1.014,07	36.650,35
MG	184.445,60	60.248,18	12.593,04	50.551,07
MS	21.523,97	18.015,62	816,03	7.614,09
MT	26.917,08	31.214,90	804,41	11.174,76
PA	51.138,97	82.666,27	4.751,47	30.388,33
PB	45.677,68	64.771,02	394,01	19.675,15
PE	72.080,04	93.326,86	740,50	28.220,09
PI	35.071,69	58.447,97	74,02	17.728,39
PR	95.867,04	38.995,97	12.292,54	29.990,62
RJ	41.793,12	20.662,51	8.553,23	14.870,57
RN	35.038,42	56.507,10	398,79	16.369,92
RO	12.777,86	38.081,67	139,17	9.099,25
RR	6.743,66	33.552,06	12,33	7.128,44
RS	95.826,72	31.849,24	17.900,06	29.672,61
SC	55.255,03	17.309,60	11.290,70	16.230,59
SE	21.608,16	56.201,43	55,31	13.840,78
SP	188.276,10	13.525,24	22.066,39	51.248,92
TO	21.546,05	58.699,54	3,54	14.193,01
TOTAL	1.417.377,61	1.352.524,05	110.331,96	565.520,20

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Out/Set	Nov/Out	Dez/Nov
FPM	+1,0 %	+5,0 %	-12,0 %
FPE	+1,0 %	+5,0 %	-12,0 %
IPI-EXP	+8,0 %	+20,0 %	+5,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jan a Dez/02	27/01/03	Mai/2003	24/06/03
Jan/2003	20/02/03	Jan a Jun/03	31/07/03
Fev/2003	25/03/03	Jun/2003	31/07/03
Mar/2003	28/04/03	Jul/2003	21/08/03
Abr/2003	27/05/03	Ago/2003	30/09/03

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

As Transferências para o FUNDEF no mês de setembro de 2003 apresentaram comportamento semelhante aos repasses ocorridos no mês de agosto de 2003. Mesmo com o decréscimo nas parcelas originárias dos Fundos de Participação da ordem de 13,2%, o FUNDEF teve variação positiva de 0,4 %, em razão de incremento na arrecadação do ICMS-Estadual de 6,1%.

Está previsto para o corrente mês o início do ajuste da complementação da União relativo ao exercício de 2002, na forma do anexo da Portaria nº 252, 29/09/2003, reproduzido abaixo.

R\$ Mil

Origens	agosto	Partic.	setembro	Partic.	Set/ Ago
FPM	285.630,9	14,0%	247.836,7	12,1%	-13,2%
FPE	275.078,7	13,5%	238.680,7	11,7%	-13,2%
IPI-EXP	21.546,7	1,1%	19.470,3	1,0%	-9,6%
LC 87/96	39.782,7	2,0%	39.782,7	1,9%	0,0%
LC 102/00					
Compl. U- nião	19.749,8	1,0%	19.749,8	1,0%	-
ICMS	1.394.211,2	68,5%	1.478.724,1	72,3%	6,1%
Total	2.035.999,9	100%	2.044.244,3	100%	0,4%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao Fundef podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 410-8648, 410-9270, 410-9295
- por meio do Fax (61) 410-9283;
- por meio de e-mail: fundef@sef.mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:
Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3116//3118 Fax: (61) 412. 1559
Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

PORTARIA DE AJUSTE DO FUNDEF DO EXERCÍCIO DE 2002

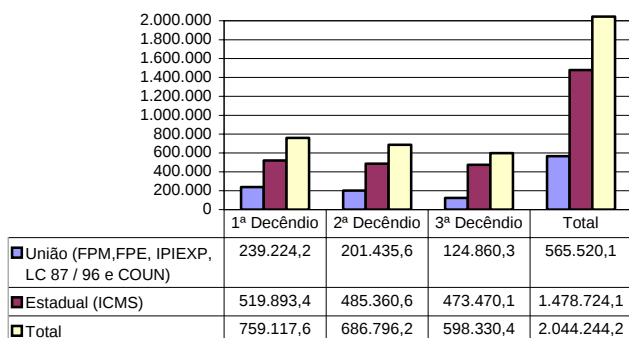
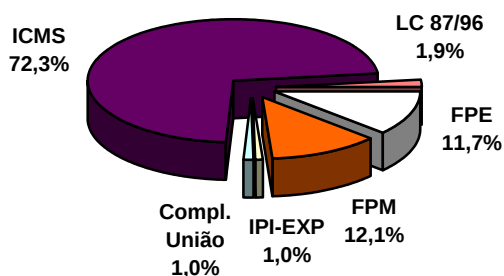
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF AJUSTE DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO RELATIVO AO ANO DE 2002

UF	Nº DE	Nº DE	Nº DE	VALOR MÍNIMO (D = B x R\$ 418,00)	FPM	FPE	IPI-EXP	L.C. 87	ARREC.	ICMS (2)	TOTAL	DIFER.	COMPLEMENTAÇÃO	AJUSTE DA
	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	(D = B x R\$ 418,00)	-15%	-15%	-15%	-15%	ICMS	(15%)-(J) =	RECEITAS (K)	(L)	DEVIDA	REALIZA-DA
	(A)	1ª A 4ª	5ª A 8ª	+	-	-	-	-	(BALANÇO)	=		=	(M)	(3)-(N)
		-(B)	E DEMAIS (C)	C x R\$ 438,90	(E)	(F)	(G)	(H)	(1)-(I)	15% (J)		(K)-(D)		
BA	3.523	2.138	1.385	1.501.670	297.059	294.200	16.477	22.036	5.066.088	759.913	1.389.686	(111.984)	(111.984)	173.887
MA	1.532	1.009	523	651.300	132.317	226.005	3.378	9.953	897.073	134.561	506.215	(145.085)	(145.085)	148.426
PA	1.543	1.104	439	654.198	118.866	191.370	13.520	25.872	1.718.283	257.742	607.371	(46.827)	(46.827)	71.670
PI	746	496	250	316.880	81.221	135.305	330	1.788	544.038	81.606	300.251	(16.630)	(16.630)	27.821
TOT	7.344	4.747	2.597	3.124.048	629.463	846.880	33.706	59.650	8.225.482	1.233.822	2.803.522	(320.526)	(320.526)	421.804
A CRÉDITO														
A DÉBITO														(101.279)

OBS: 1. Na apuração da arrecadação do ICMS foram considerados os seguintes itens de receita: Piauí: Principal e Receita da Dívida Ativa; Pará: Principal, Receita da Dívida Ativa e Multas/Juros; Maranhão: Principal; Bahia: Principal, Multas/Juros, multa da Dívida Ativa e Receita da Dívida Ativa do ICMS. 2. A coluna ICMS corresponde a 15% da arrecadação do ICMS constante do Balanço dos Estados. 3. Complementação da União de acordo com a Portaria MF nº 27, de 30.01.2002. Não está incluído o ajuste referente ao exercício de 2001, conforme Portaria nº 239, de 31/07/2002.

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - SETEMBRO/2003 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	142.334	8.165	1.373	1	0	36	2.626	12.201	85,7	849,8
AL	674.791	9.929	5.926	48	0	335	10.652	26.891	39,9	373,1
AM	698.347	6.660	3.492	669	0	402	28.214	39.438	56,5	515,5
AP	122.638	8.144	945	2	0	162	1.872	11.124	90,7	906,8
BA	3.440.155	22.427	22.627	1.014	5.953	1.483	70.892	124.395	36,2	344,4
CE	1.666.055	17.512	13.058	245	0	650	22.359	53.823	32,3	375,7
DF(2)	304.072	1.647	535	1	0	323	0	2.506	8,2	83,4
ES	517.896	3.580	4.421	751	0	1.701	29.836	40.288	77,8	722,5
GO	992.400	6.786	9.169	169	0	532	43.135	59.792	60,2	564,5
MA	1.529.025	17.228	10.064	179	8.509	670	12.064	48.714	31,9	322,7
MG	3.308.674	10.632	32.549	2.222	0	5.148	137.909	188.460	57,0	537,5
MS	447.658	3.179	3.798	144	0	493	22.604	30.218	67,5	589,5
MT	567.420	5.509	4.750	142	0	774	30.642	41.817	73,7	639,2
PA	1.559.147	14.588	9.025	838	4.196	1.741	27.178	57.566	36,9	354,2
PB	794.932	11.430	8.061	70	0	115	10.985	30.660	38,6	398,7
PE	1.577.542	16.469	11.082	131	0	538	32.487	60.707	38,5	385,8
PI	730.910	10.314	6.189	13	1.092	120	7.922	25.650	35,1	343,5
PR	1.573.023	6.882	16.918	2.169	0	4.022	85.570	115.560	73,5	677,6
RJ	2.011.227	3.646	7.375	1.509	0	2.340	135.855	150.725	74,9	705,0
RN	567.686	9.972	6.183	70	0	144	16.033	32.403	57,1	524,0
RO	299.607	6.720	2.255	25	0	99	12.067	21.167	70,6	627,1
RR	74.129	5.921	1.190	2	0	15	1.199	8.327	112,3	1.202,6
RS	1.579.414	5.620	16.887	3.159	0	4.006	91.458	121.131	76,7	814,3
SC	887.879	3.055	9.751	1.992	0	1.433	52.613	68.843	77,5	769,7
SE	389.133	9.918	3.813	10	0	100	8.546	22.387	57,5	571,1
SP	5.244.645	2.387	32.598	3.894	0	12.370	575.944	627.193	119,6	937,6
TO	279.768	10.359	3.802	1	0	31	8.065	22.258	79,6	715,8
Total	31.980.507	238.681	247.837	19.470	19.750	39.783	1.478.724	2.044.244	63,9	581,9

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.477, de 12.12.2002. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.